

HABEAS CORPUS Nº 499.255 - SC (2019/0076514-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ALEX BLASCHKE ROMITO DE ALMEIDA E OUTRO
ADVOGADOS : ALEX BLASCHKE ROMITO DE ALMEIDA - SC020149
ADILSON MANOEL DE OLIVEIRA - SC043183
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : THIAGO DIAS DA ROSA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em favor de THIAGO DIAS DA ROSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento do HC n. 4001341-86.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 01/06/2018 pela suposta prática dos delitos previstos no art. 171, § 4º, (por duas vezes), art. 155, § 4º, inciso IV, e art. 288, caput, todos do Código Penal (estelionato contra idoso, furto qualificado e associação criminosa).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES DE ESTELIONATO CONTRA IDOSO, FURTO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E INDEFERIMENTO DE PLEITO REVOGATÓRIO.

TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INSUBSISTÊNCIA. DECISÕES EMBASADAS NO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CPP CONFORME O CASO CONCRETO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA EVIDENCIADA. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE RESPEITADOS. SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA INALTERADA.

ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. COMPLEXIDADE DO CASO CONCRETO. PLURALIDADE DE RÉUS. TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL QUE SE MOSTRA IMINENTE. FEITO QUE AGUARDA RETORNO DE CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA PARA INTERROGATÓRIO DOS CORRÉUS QUE SE ENCONTRAM EM

Superior Tribunal de Justiça

COMARCA DIVERSA DO DISTRITO CULPA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO RESPEITADO. DEMORA EXCESSIVA NÃO CONFIGURADA.

HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA. (fls. 20)

No presente *writ*, sustenta o impetrante a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, pois o paciente se encontra segregado há mais de 8 meses sem que se tenha encerrado a instrução criminal.

Pleiteia, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura a seu favor, com ou sem a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Liminar indeferida às fls. 39/41.

Informações prestadas às fls. 47/49, 89/92.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 94/98).

É o relatório.

Decido.

Em informações obtidas em contato telefônico mantido com a Vara de origem, verificou-se que, em 20/08/2019, nos autos da Ação Penal n. 0002477-06.2018.8.24.0039, foi proferida sentença condenando o ora paciente à pena de 7 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 44 dias-multa, pela prática dos delitos previstos no art. 171, § 4º, e art. 288, ambos do Código Penal, vedado o recurso em liberdade.

Assim, restou encerrada a instrução processual, atraindo ao caso a incidência da Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

Anote-se, ainda, os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. PRISÃO PREVENTIVA

CORRETAMENTE FUNDAMENTADA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. BONS ANTECEDENTES. INSUFICIENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. *Extrai-se das informações prestadas pelo juízo processante que o feito aguarda a apresentação das alegações finais para a prolação da sentença. Com o noticiado encerramento da instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, aplicando-se o enunciado da Súmula n.º 52 do Superior Tribunal de Justiça: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".*

2. *O decreto de prisão preventiva fundamentou-se no modus operandi da conduta praticada - tendo o Paciente engravidado e infectado a vítima, de 12 (doze) anos, com os vírus HIV e das Hepatites A e B, após ter mantido conjunção carnal com a menor por diversas vezes -, o que evidencia, ainda, a alta reprovabilidade social da conduta praticada. Ademais, extrai-se dos autos que o Paciente esteve foragido por mais de 3 (três) anos, justificando, assim, a segregação cautelar para a devida aplicação da lei penal.*

3. *Outrossim, a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como no caso.*

4. *Ordem de habeas corpus denegada (HC 494.507/RO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019).*

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. ENUNCIADO Nº 52 DA SÚMULA DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal. 2. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.*

3. *No caso, verifica-se que a instrução encontra-se*

Superior Tribunal de Justiça

encerrada, tendo as partes sido intimadas para apresentação de alegações finais em 31/10/2018, o que atrai ao caso a incidência do enunciado n. 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o qual dispõe que encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

4. Além disso, foi proferido despacho em 22/2/2019 abrindo vista para a defesa manifestar-se sobre carta precatória acostada, evidenciado que o feito não se encontra paralisado, mas, ao contrário, vem recebendo o impulso adequado, somente não tendo sido ainda concluído o julgamento devido ao zelo do magistrado em assegurar o contraditório e a ampla defesa em relação ao agravante.

5. Agravo desprovido (AgInt no HC 473.256/GO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 29/03/2019).

Nesse contexto, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Pelo exposto, julgo prejudicado o presente *habeas corpus* com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator